

ÀS MARGENS DA INDEPENDÊNCIA: o analfabeto em uma sociedade modelada¹

Cíntia Borges de Almeida²

RESUMO

O presente trabalho analisa, via o campo da História da Educação, o debate sobre o combate ao analfabetismo e o lugar do sujeito não letrado no contexto da comemoração do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Para tanto, a partir de uma análise documental, que privilegiou documentos jornalísticos, com discussões político-educacionais sobre a educação da população para o projeto de nação em vias de desenvolvimento e modernização, estebeceu-se diálogo com um referencial teórico para pensar a formação civilizatória “nacional”, bem como as estratégias discursivas para legitimar um modelo de sociedade. Partindo deste pressuposto, destaca-se o uso dos conceitos de discurso e de governo (FOUCAULT, 1996, 2004), do alfabeto, do analfabeto e do ignorante (FRAGO, 1993; SOARES, 1996; SILVA, 2015). Bem próximo às discussões de 1922, que privilegiavam os debates sobre as comemorações do Primeiro Centenário da Independência, pouco se discutiu sobre cidadania e democracia para os sujeitos da “Pátria Amada Brasil”. Ao se problematizar o sentido de democracia e as estratégias educacionais no contexto de 1922, bem como em 2022, é fundamental denunciar a mercantilização do ensino, as políticas excludentes e homogeneizadoras, as subjetividades que seguem impedindo a autonomia dos sujeitos, ao contrário, que fazem reverberar técnicas de si para o aprisionamento individual e coletivo.

Palavras-chave: História da educação, Independência, Analfabeto, Projeto de Nação.

Introdução

Às margens do 7 de setembro de 2022, busca-se pensar os diferentes processos envoltos à formação do Estado-Nação. As independências abordadas, historicamente, nas mais variadas regiões, podem ser problematizadas à luz da existência dos múltiplos “Brasis” que, muitas vezes, teve esquecida, negligenciada, marginalizada a diversidade de seus territórios educativos e dos sujeitos que a eles pertencem, ou não pertencem justamente pela ausência do reconhecimento da pátria cidadã para todos e todas; diversidade não discutida nos livros de história, não incluída na própria história do país idealizado.

¹ O trabalho faz parte das ações desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação – GRUPPHED, via projetos de extensão e de pesquisa, financiados pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

² Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz – PPGE/DCIE/UESC. E-mail: cbalmeida@uesc.br

A discussão sobre os territórios educativos, em diferentes campos do conhecimento, está relacionada à complexidade das dinâmicas territoriais. Em cidades onde as disputas de classe estão territorializadas, os processos educativos, numa visão mais pluralista, reticular devem considerar os múltiplos espaços, culturas e identidades (GOMES; AZEVEDO, 2020). Diferente disso, ao se projetar uma sociedade homogeneizadora, desconsidera-se a pluralidade das suas regiões, dos seus sujeitos, sem estabelecer uma relação com o contexto político, econômico, sócio-cultural, e, ainda, tornam os sujeitos vulneráveis aos territórios da violência, do medo, da pobreza, construindo uma nação marcada pela desigualdade, pela exclusão dos direitos sociais, pelo não reconhecimento da cidadania coletiva. Pelo viés histórico, a partir da falta da independência de brasileiros e brasileiras amplifico a discussão sobre o Bicentenário a ser “comemorado”, em 2022.

Assim, considero válido o exercício de análise da Independência do Brasil ensinada, considerando o seu sentido como "uma apropriação social do discurso" forjado, conforme sinalizado por Michel Foucault (1996), que relaciona o discurso à validação das regras de poder, de modo que a apropriação feita pelos sujeitos, via dispositivos de poder, assim como o próprio processo de escolarização pode ser entendido, envolve procedimentos maiores através dos quais os discursos são inculcados e, como forma de interdição, são cristalizados pelos indivíduos ou instituições que imputam o controle exclusivo sobre eles. Neste controle, percebe-se a manutenção da dependência e o cerceamento da liberdade supostamente alcançada pela Independência do Brasil, mas não pela maioria dos brasileiros e brasileiras partícipes do Estado-Nação, com destaque à classe popular ceifada por uma cultura letrada excludente. Neste estudo proposto, a partir da análise do discurso amplamente divulgado em documentos jornalísticos do final do século XIX e início do século XX, os analfabetos e as analfabetas de um Brasil modelado, em vias de modernização, foram apontados/as como os culpados do atraso social.

Considerando o contexto marcado pelas tentativas de expansão dos processos de escolarização e as práticas de educabilidade (ALMEIDA, 2018), a subjetividade que orientava a psicologia do século XIX ressalta o indivíduo capaz de decidir, com autonomia, iniciativa, emoções e sentimentos privados, principalmente, em uma realidade sob forte influência do Iluminismo. Contudo, a pretensa singularidade e liberdade do indivíduo passa a ser uma preocupação e foi contraposta pela necessidade de controle e previsão do comportamento individual. Sob esta vertente, a subjetividade foi vista enquanto interioridade não dizível, já o sujeito, a ele coube somente a exterioridade observável e o comportamento controlado.



Na ideia de governo (FOUCAULT, 2004), é este sujeito modelável que a Independência do Brasil não libertou. Na concepção de autogoverno, é o indivíduo como objeto de uma relação variável entre conhecimento e poder, que não se tornou o sujeito da crítica via o uso autônomo das normas, não opondo-se aos mecanismos de poder governamental, o que fortalecerá o jogo de forças institucionais.

Diante o exercício de tensionar a liberdade e o aprisionamento possíveis no ato do letramento e da alfabetização, para a escrita deste texto, recorro à subjetividade do contexto do ano de 2022, ano pelo qual começo o processo de elaboração destas linhas, às margens do Bicentenário da Independência do Brasil, e que me impulsiona a versar sobre o marco da independência a partir de duas efemérides: ora em 1922, ora em 2022, nas comemorações do primeiro e segundo centenário.

A chamada “chagas do século”, o analfabetismo, foi compreendido como um problema social que compromete o reconhecimento nacional e internacional do país, a divulgação de sua imagem como um país moderno, em desenvolvimento, uma nação a caminho do progresso. Apesar da relevância do recorte do ano de 1922 para este estudo, penso ser pertinente entender a história da educação imbricada às questões sociais da nossa atualidade. Este será o caminho metodológico traçado nesta escrita para apresentar a investigação realizada, a partir de uma análise documental.

Confrontos entre passado e presente: Sujeitos (in) dependentes

O tema do analfabetismo move este trabalho, mas busco tencionar a temática a partir das rupturas e permanências possíveis de serem notadas na comparação dos discursos disseminados e nas políticas implementadas, ou não, em prol da expansão da alfabetização e do combate ao analfabetismo do seio social, em 1922 e em 2022.

Como já citado, falo de subjetividade da educação em projetos de docilização ou de autonomia dos indivíduos, em contextos próximos ao Centenário e ao Bicentenário da Independência. Ao pensar a subjetividade da educação, no cenário atual, não posso deixar de mencionar as novas formas de ensino, do trabalho pedagógico e também da aprendizagem discente durante este processo. Por exemplo, é inadmissível ignorar as mudanças ocasionadas pelo ensino remoto³, não presencial, que solapou as escolas e as universidades do nosso país.

³ No início do ano de 2020 foi decretada a pandemia do coronavírus (Organização Mundial da Saúde). As escolas e universidades permaneceram por quase dois anos em trabalho remoto, em formato on-line. Durante este contexto, os sentidos da educação foram questionados, confrontados e colocados em xeque. A função da escola e do trabalho docente foi duramente apontada, no discurso neoliberal, como desqualificada, abrindo portas para o setor mercadológico da educacional alinhado aos interesses de governos de terceira via.

Concentro meus olhares às experiências envoltas às escolas públicas, que envolvem 47,3 milhões de matrículas escolares, em 2020, decréscimo de 579 mil alunos e alunas a menos na escola, se comparado com os dados do censo escolar de 2019 (CENSO ESCOLAR, INEP, 2020). Interessa-me concentrar esforços de análise a partir do papel dos cofres públicos na oferta escolar, pois refiro-me ao atendimento de 81,4% da população escolar, em instância pública, nas esferas federal, estadual e municipal.

É expressivo debater o aumento do número de analfabetos e de analfabetas brasileiros/as a partir das informações de um número pouco expressivo de matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por se tratar do segmento que incorpora o público escolar com diferentes demandas educacionais como altos índices de reprovação, desvios da “idade certa” para o intitulado ensino regular, falta de oportunidade educacional durante a idade escolar prevista da legislação, além das questões diretamente vinculadas aos fatores econômicos, à relação trabalho/escola. Seguindo em tendência de queda, enfatizo a redução de 8,3% da matrícula no último ano do censo escolar, com 3 milhões de alunos e alunas, em 2020 (CENSO ESCOLAR, INEP, 2020). Trata-se, apenas, de 6,34% da malha escolar, segmento que mais sofreu evasão e fechamento de escolas durante este novo cenário pandêmico, ainda que o fechamento já viesse acontecendo, nos anos anteriores, movidos pelo desinteresse governamental na escola de cunho social. Tais dados são muito sugestivos, principalmente, quando damos atenção aos sujeitos dessa educação.

É comum o discurso do atraso vinculado à interrupção do processo escolar. Houve limitações no campo educacional. Contudo, ao invés de proposições, a alternativa governamental foi a busca pelos culpados para as limitações do novo formato e da nova realidade educacional. Apontou-se para o desinteresse do público escolar, o velho discurso da “incapacidade do povo”, principalmente daqueles alunos e alunas sem infraestrutura tecnológica para as aulas, oriundos das classes populares, bem como para os professores e professoras que passaram a ser taxados como despreparados e desqualificados para uma mediação pedagógica digital. Este discurso fortaleceu o mercado educacional e a sedutora proposta do “futuro da educação” liderado pelas iniciativas particulares. A culpa foi para os sujeitos da educação, ainda que a história possibilite sinalizar que tanto a falta de infraestrutura quanto a suposta falta de formação e preparo para o trabalho e ensino, em muitos aspectos, são provenientes do pouco investimento público, da falta das políticas públicas, da implementação de políticas neoliberais que, a partir do fortalecimento de um Estado gerenciador, transferiu a responsabilidade educacional para os sujeitos, para a

sociedade civil, defendendo, a partir de então, políticas de cooperação que vão de encontro aos interesses de uma coletividade e ao caráter público da escola social.

Com as novas urgências a serem problematizadas e enfrentadas em nossa atualidade, exprimo uma relação possível, marcada por permanências e rupturas a partir do início do século XX, no campo educacional; da emergência subjetiva do analfabetismo e a culpabilização do analfabeto por sua condição social.

As chagas da sociedade



Fonte: O malho, 12/02/1916, p.20, edição 0700.

O analfabetismo foi uma preocupação recorrente percebida ao se atentar para o quantitativo de notícias publicadas sobre o tema nos periódicos analisados (ALMEIDA, 2018). Em um dos documentos levantados, a verificação foi ilustrada pelo jornal *O Malho*, em 1916. Em notícia que descreve as seis principais “moléstias de carácter contagioso” sofridas entre a população brasileira – a subserviência do Brasil à nação norte-americana, a loquacidade política, o bacharelismo, a bajulação vulgo chaleirismo, a vaidade, o

analfabetismo – o último destaque diz respeito “à maior chaga d’este paiz tropical, a origem de todos os outros males, o analfabetismo” (O MALHO, 12/02/1916, p.20).

A publicação do gaúcho Alfredo Storni, caricaturista brasileiro, responsável por dezenas de publicações e ilustrações no jornal *O Malho*, destacava um problema que “atacava” o país, “debatendo numa ignorância formidável e de consequências degeneradoras de todas as virtudes fundamentais da raça” (O MALHO, 12/02/1916, p.20). A chaga aberta no “corpo da sociedade brasileira” ganhou destaque no estudo aqui proposto. Por sua força, pela potência e pela representatividade que a mesma assume perante o tema do analfabetismo, ela choca, incomoda, abala as percepções do leitor, o que, de certo modo, consistia na ideia de impacto pretendida pelo seu autor, dando luz ao problema “alastrado” entre as classes populares do país.

As diferentes notícias em torno do analfabetismo dão pistas de que o debate foi lançado. Voltando-se às questões recorrentes, mas, ainda sem respostas, sobre os responsáveis pela educação e a quem ela deva atender, além dessa preocupação já posta, vale ressaltar o interesse em observar não somente os responsáveis em oferecer à educação popular, mas, também, aqueles apontados como os culpados por ela não está sendo disseminada. Afinal, como era possível comemorar a independência do país, se “o povo continua[va] preso à ignorância”, tal como amplamente disseminado nos documentos jornalísticas e até mesmo na literatura produzida naquele contexto?

Não, não havia o que comemorar às margens do Centenário da Independência do Brasil. Ao menos, esse era o pensamento do articulista Martins Silva, que atenta para a máscara que o país colocava, sob uma imagem de grandeza, cobrindo a realidade de **80%** de sua população analfabeta⁴. Esperava-se poder comemorar o dia 07 de setembro de 1922,

[...] tal data aos sons ruidosos de um triunfo sem igual, justa e santa aspiração, não há de negar. Si se tratasse de poesia, dir-se-iam sonhos de poeta; mas não, cogita-se de um problema sério e de solução difícilima.

[...] A instrução, realmente, neste país, é o que menos atenção tem recebido por parte dos governos. E si aqui nos abalássemos a fornecer uma estatística da instrução pública do paiz, ver-se-ia que, em relação à população e à extensão territorial, seria nenhuma [...] (A UNIÃO, 15/07/1920, p.03).

Nesse periódico católico e de pequena circulação, nota-se um apontamento para o poder público pela falta de atenção que a instrução popular recebia. No entanto, problematiza-

⁴ Essa estimativa deve ser problematizada. De acordo com o recenseamento escolar produzido no ano de 1920 há dois outros dados a serem apresentados. O primeiro que traz “a população do Brasil” em torno de 24.139.299 habitantes listados, contendo 16.684.601 analfabetos, 69,11% da população (DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1929, p.IX). O segundo dado, segmentando a população do Brasil em “nacionalidade brasileira”, “nacionalidade estrangeira”, “nacionalidade desconhecida” traz “a população do Brasil” aproximada de 30.635.605 habitantes, dentre eles, 23.142.248 analfabetos, uma estimativa de 75,6% da população (DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1929, p.03).

se do que os governos estavam sendo acusados. O articulista acusava-os de não ofertar a instrução ou seriam apenas culpados por não fiscalizar a população e exigir a sua educação formal? O que estava em jogo referia-se a apontar o papel do Estado como responsável ou, ainda, vigilante da sociedade e de seus hábitos e condutas. O analfabetismo, de fato, havia se tornado um problema, bem como permanece posto nas discussões atuais. Visto não ser “poesia” a dura realidade do analfabetismo nacional, também não se pode negar sua seriedade e sua difícil solução. Diante o que foi posto, reflito sobre o conceito de analfabetismo.

O seu termo contrário “alfabetismo”, como propõe Magda Soares (1996), permite pensar a condição de pessoas que utilizam a leitura e a escrita, transformando sua condição de vida pela incorporação desses comportamentos em seu viver diário, denominando, por assim dizer, os sujeitos “letrados”. Analfabetismo não se dá pela inversão desta afirmação. O termo passou a ser uma palavra utilizada no português corrente para designar, de forma incorreta, a condição daquele que não sabe ler e escrever, ou ainda, aquele que não está inserido neste processo de vida que incorpora os padrões de uma cultura escrita determinada. Nessa direção, analfabetismo passa a ser compreendido como “consequência da ausência de um processo de alfabetização” (FRAGO, 1993, p.16).

A capital brasileira na figura de seus governantes, dos homens públicos, de uma elite econômica em vias de ascensão política, partícipes da sociedade com ansejo do crescimento urbanístico, de progresso e modernização; projetava ações para dar mais visibilidade à nação idealizada e, juntamente a ela, à imagem do brasileiro e da brasileira civilizada. Com ares de modernidade, um país independente não podia ser divulgado e noticiado a partir das suas “chagas abertas”, entre elas a ignorância popular. O jornal notícia o atraso da nação: “Um país de poucas letras”.

Ao invés da boa nova os leitores do *Correio da Manhã* confrontaram-se com a estarrecedora realidade que pairava pela cidade. Foram solapados pela triste notícia que ganhava duas colunas na página do periódico: “Quase metade da população do Rio não lê e não escreve” (CORREIO DA MANHÃ, 11/08/1916, p.03), dizia o jornal diário. O que pensar de tal burlesco autor? Tratar-se-ia de uma equivocada assertiva?

Para essa afirmação resta a contrariedade. Não, o autor não havia dado informação imprecisa. Na verdade, ele estava apresentando dados extraídos da última obra produzida pela Diretoria de Estatística, o trabalho “Estatística da Instrução”.

O artigo é bastante interessante devido às várias frentes a que ele se propõe. A primeira delas é pensar o valor e o significado das estatísticas. Para o autor, não identificado no artigo, os trabalhos nesse gênero exigem “uma frieza matemática das cifras” incapazes de

serem encontradas na maior parte das pessoas que a utilizam, o que, por fim, pode prejudicar seus resultados. Há a “necessária coragem para enfrentar a aridez desoladora dos números alinhados” (CORREIO DA MANHÃ, 11/08/1916, p.03), ainda que seu uso seja necessário.

Relativizando o uso estatístico, segue-se pela exposição dos números obtidos através da análise do jornal que divulgou o trabalho realizado pelo Ministério da Agricultura, em 1916, intitulado “Estatística da Instrução”. Tratava-se de um inquérito censitário da instrução pública e particular referente a todo o Brasil e de uma monitoria sobre o seu estado atual e os antecedentes da estatística escolar, com esclarecimentos e comentários relativos à sua organização e aos resultados obtidos. As conclusões não eram satisfatórias, servindo, inclusive, para destacar “a incultura geral do Brasil”, pois, para cada 10 mil habitantes, havia em 1907, 6 escolas, 7 professores e 294 alunos (CORREIO DA MANHÃ, 11/08/1916, p.03), conforme o documento apontava. Como se pode notar, tais dados eram alarmantes. Para cada 10 mil habitantes, apenas 2,94% configuraram-se alunos. Ou ainda, conforme foi informado no relatório publicado pela Diretoria Geral de Estatística, havia no Brasil, em 1907, “746 indivíduos analfabetos para cada mil habitantes” (O PAIZ, 20/08/1916, p.06), o equivalente a 74,6% da população.

Era recorrente as denúncias sobre as mazelas da educação, sobre o problema do analfabetismo, a respeito da importância de investimentos públicos para cuidar da educação popular. Anos antes à denúncia relatada acima, “à custa de sangue”, outra matéria defendia a necessidade de “novas forças para a luta contra o analfabetismo (O MALHO, 13/06/1914, p.13).

Ainda que as denúncias e as convocações aos governantes, à sociedade civil, às associações se ampliassem no sentido de reivindicar, urgentemente, atenção ao processo de escolarização nacional, nos anos seguintes, ser analfabeto tornou-se um problema maior do que o problema público do analfabetismo, desvinculando o caráter social e vinculando a condição de não letrado a uma responsabilidade individual. Socialmente, o prejuízo de atrelar o sujeito não letrado à ideia da falta de conhecimento é intencional, consiste em uma estratégia social existente entre projetos em disputa, marcados por lutas pelo reconhecimento de uma cidadania plena para toda a população, o que desconfigura os privilégios de grupos hegemônicos.

O desprestígio à pessoa não letrada, pouco letrada ou não enquadrada nos arquétipos sociais é visível e notório nos meios de comunicação de períodos passados e, mais asseverados, nos dias atuais. É o homem do campo, o “caipira”, ajuizado pelo seu modo de falar e agir, por sua linguagem considerada equivocada por fugir das convenções

estabelecidas como as corretas. É o índio ou um grupo quilombola tratado com estranheza por tentarem preservar suas línguas e dialetos. É o nortista, a nordestina, com seus sotaques e expressões próprias, consideradas apenas como linguagem informal, não se adequando ao que é considerado culto ou convencional do vocabulário brasileiro.

Silva (2015) aponta o uso do termo “ignorante”, comumente utilizado no século XIX e início do XX, como um modo de se estabelecer distinção. Sua utilização implicava, ainda, em outras coisas além de saber ler e escrever, de dominar uma técnica. A “ignorância” anunciada expressava um público diferenciado a ser “curado”.

Partindo desse entendimento, o analfabeto tornava-se duplamente julgado. Sua exclusão acontecia pelo seu apagamento enquanto cidadão e por seu condicionamento ideológico, visto e aprisionado às margens da “ignorância”, de modo que esse enquadramento significava o seu reconhecimento como alguém a ser recuperado, “curado”, regenerado. Sua condição de não saber ler e escrever tornava-se algo tão pernicioso como uma doença a ser erradicada da sociedade. Para todo mal, a cura; para toda doença, o remédio. Logo, para “salvar” a pátria deste problema, a solução apontava o caminho da escola ideal.

Considerações Finais

Bem próximo às discussões de 1922, que privilegiavam os debates sobre as comemorações do Primeiro Centenário da Independência, pouco se discutiu sobre cidadania e democracia para os sujeitos da “Pátria Amada Brasil”. Não há como negar que a independência não aconteceu em todos os territórios e para todos os grupos sociais. Para discutir as comemorações em torno da efeméride, elucidei os usos da imagem e as representações do sujeito analfabeto no processo de modernização da tão sonhada nação “liberta e independente”.

Às portas do Bicentenário da Independência, retomando o ano de 2022, não se limita a pensar somente no sentido de permanências, mas faz-se necessário enfatizar as marcas sociais da individualização e que, de muitas formas, transferiram a responsabilidade do Estado frente à proposição e implementação de políticas públicas educacionais para experiências mais plurais e democráticas no campo escolar.

Ao se problematizar o conceito de democracia e as estratégias educacionais no contexto de 1922, bem como em 2022, é fundamental denunciar a mercantilização do ensino, as políticas excludentes e homogeneizadoras, as subjetividades que seguem impedindo a autonomia dos sujeitos, ao contrário, que fazem reverberar técnicas de si para o aprisionamento individual e coletivo.

Referências:

- ALMEIDA, Cíntia Borges de. **Um país de poucas letras?** Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade Maravilhosa” (1900-1922). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020:** notas estatísticas.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p.192-217.
- FRAGO, Antônio Vinão. **Alfabetização na sociedade e na história:** vozes, palavras e textos. POA: Artes Médicas, 1993.
- GOMES, Rafael; AZEVEDO, Giselle. Dos territórios vulneráveis aos Territórios Educativos. **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 48-61, dez. 2020.
- FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, Brasília, DF: INEP, 1989, v.4, série I (Biblioteca da Educação).
- HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **A União**, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1920, p.03.
- HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1916, p.03.
- HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **O Malho**, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1916, p.20.
- HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **O Malho**, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1914, p.13.
- HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1916, p.06.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil** (01 de setembro de 1920). Série Nacional, v.IV, 4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1929. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>. Acesso: 07 abr. de 2017.
- SILVA, Mariza Vieira da. **História da Alfabetização no Brasil:** sentidos e sujeitos da escolarização. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, 2004, n.25, p.5-17.